O MORAR CONTEMPORÂNEO DO IDOSO MINEIRO¹

CONTEMPORARY LIVING THE OLD MINER

Eleusy Natália Miguel² Simone Caldas Tavares Mafra³

Márcia Barroso Fontes⁴

1. RESUMO

Partindo da premissa de que o Brasil se encontra no cenário do envelhecimento

mundial e que a habitação é um fator importante no bem- estar do indivíduo, este artigo

pretende apresentar o perfil dos idosos no estado de Minas Gerais. Tem por principal

objetivo a investigação da habitação e suas características físicas. Buscou-se

caracterizar o perfil do idoso, onde e como mora. Para tal, optou-se pela pesquisa

descritiva com dados secundários oriundos da PNAD 2013 (IBGE). Tanto a extração,

quanto todo o processo de tratamento e análise dos dados foram feitos por meio do

programa estatístico STATA – Data Analysis and Statistical Software, versão 12.0.

Concluiu-se que a população idosa mineira, em sua maioria, mora na área urbana, em

casas de alvenaria, servidas de saneamento básico e eletrodomésticos, como fogão e

geladeira.

Palavras-chave: Idoso. Habitação. Idoso mineiro.

2. ABSTRACT

Assuming that Brazil is in the world aging scenario and that the housing is an

important factor in the individual well being, this article aims to present the profile of

¹ Artigo proveniente da dissertação de mestrado "O morar contemporâneo do idoso: onde e como reside no estado de Minas Gerais" defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil

² Doutoranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: eleusy.miguel@ufv.br

³ Doutora em Engenharia de Produção e professora do Departamento de Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: sctmafra@ufv.br

⁴ Doutora em Demografia e professora do Departamento de Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: mbfontes@ufv.br

the elderly in the state of Minas Gerais. Its main objective is the research of housing and its physical characteristics. We sought to characterize the old profile, where and how the elderly live. To this end, we opted for the descriptive survey of secondary data from the 2013 National Household Sample Survey PNAD (IBGE). Both the extraction and the processing and data analysis as a wholewere made through the statistical program STATA – Data Analysis and Statistical Software, version 12.0. It was concluded that the elderly population in Minas Gerais lives mostly in urban areas, in brick houses, served with sanitation and appliances such as stove and refrigerator.

Keywords: Elderly. Housing. Old Collier.

3. INTRODUCÃO

O crescente envelhecimento da população é um fenômeno mundial e não é diferente no Brasil. O aumento da expectativa de vida do brasileiro e a falta de planejamento para essa nova realidade geram consequências ao país e ao indivíduo, uma vez que este envelhece sem assistência adequada à sua nova condição física e mental, afetando diretamente seu bem-estar e consequentemente sua qualidade de vida.

Trata-se, portanto, de uma realidade com projeções futuras bastante preocupantes. Dentre as inúmeras demandas desse segmento, a habitação se configura como fator crucial para o envelhecimento ativo e saudável. Estimativas apontam que, no ano de 2025, o Brasil ocupará a sexta posição no ranquing dos países com maior contingente de idosos. Nessa perspectiva, são inevitáveis as mudanças na estrutura familiar e no perfil dos idosos existentes.

De acordo com Vicente e Santos (2013), muitos são os fatores que influenciam na inclusão de diretrizes para um envelhecimento ativo e saudável do idoso. Dentre esses elementos, observam-se como determinantes o estímulo à independência por parte do indivíduo e a oferta de infraestrutura por parte do coletivo.

> Na Política do Envelhecimento Ativo, não apenas os aspectos sociais e de saúde têm destaque, como também os relacionados ao ambiente físico, em que ter acesso à água limpa, ao ar puro e à alimentação segura são considerados fatores ambientais de grande influência. Tais aspectos são fundamentais para toda a população, especialmente para os grupos populacionais mais vulneráveis, como os idosos. Vale lembrar que ter acesso a um ambiente físico saudável não depende tão somente das escolhas individuais dos idosos, mas está diretamente relacionado às condições de

vida oportunizadas pelos governantes e aos cuidados com o meio ambiente, responsabilidade de toda a sociedade. No entanto, a ausência ou deficiência de algum desses fatores implica em piores condições de vida, reduzindo as possibilidades de uma longevidade ampla, segura e saudável; logo, impossibilita um envelhecimento ativo. (VICENTE; SANTOS, 2013, p. 376).

A moradia tem importância relevante na vida do idoso. Isso porque muitos podem permanecer períodos maiores em casa por questões de segurança e de conforto. Dessa maneira, as questões relacionadas à casa têm repercussão na vida do idoso, interferindo diretamente no seu bem-estar.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 institui que todos têm direito à moradia, um lugar adequado para se viver. Há, portanto, um entendimento de que todos têm direito à habitação digna e segura, que promova qualidade de vida ao indivíduo, como coloca Vecchia (2005). Para a autora, qualidade de vida,

[...] está relacionado à autoestima e ao bem-estar pessoal e abrange uma série de aspectos como a capacidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o próprio estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente em que se vive. O conceito de qualidade de vida, portanto, varia de autor para autor e, além disso, é um conceito subjetivo dependente do nível sociocultural, da faixa etária e das aspirações pessoais do indivíduo. (VECCHIA, 2005, p. 247).

Nessa perspectiva, Bonduki (2004) aponta que a habitação é a expressão direta das mudanças de valores, de imagens, de percepções e do modo de vida que, em sua forma construída, materializa esses conceitos. Além do mais, essa relação moradia/pessoa se dá em todas as fases da vida.

A habitação não pode ser considerada apenas a estrutura física da moradia, e sim um sistema que inclui, além da casa propriamente dita, todos os equipamentos e serviços urbanos e públicos. Esse fato faz com que a questão da moradia seja mais complexa do que simplesmente a disponibilidade de unidades habitacionais. Para se atingir o status de "habitação digna", faz-se necessário observar componentes, como acessibilidade e segurança no entorno e no interior da residência, além da infraestrutura pública disponível.

Dessa maneira, a casa pode favorecer o envelhecimento ativo e saudável. A adequabilidade dos aspectos arquitetônicos pode oferecer o bem-estar dos que habitam

o ambiente construído. Isso porque morar requer segurança e conforto, em especial para a pessoa idosa, que apresenta perdas naturais inerentes ao processo do envelhecimento.

Diante dessa perspectiva, as questões que guiaram esta pesquisa foram: Como se configura a população de idosos em Minas Gerais? Como mora esse segmento da população mineira?

Perante essa realidade do envelhecimento populacional e da importância que a moradia compreende na vida do idoso, desenvolver um estudo acerca do perfil socioeconômico e habitacional desse estrato populacional, no Estado de Minas Gerais, pode permitir o entendimento de como vive e quais mudanças seriam necessárias para permitir a maior satisfação com o ato de morar, possibilitando um envelhecimento saudável e com autonomia. Dessa forma, onde e a maneira como o idoso reside se configuram como um problema relevante a ser estudado.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar características habitacionais da população idosa do Estado de Minas Gerais. Mais especificamente, buscou-se caracterizar o perfil socioeconômico e demográfico, além de identificar as características físicas da moradia da população idosa de Minas Gerais.

4. METODOLOGIA

4.1 Caracterização da pesquisa

Para entender a relação idoso-moradia, utilizou-se a abordagem descritiva, que melhor delineia, organiza e resume o conjunto de características observadas.

Segundo Gil (2010), a pesquisa descritiva é baseada na explicação das características do objeto, o que vai ao encontro da proposta desta pesquisa. Para atender a abordagem descritiva, utilizou-se de métodos quantitativos, com dados secundários oriundos da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

4.2 Descrição da amostra

Optou-se por utilizar os dados de 2013 por disponibilizar variáveis apropriadas ao estudo proposto. As variáveis utilizadas para dar visibilidade aos objetivos da

pesquisa foram organizadas em três grupos: caracterização sociodemográficas, classificação econômica dos domicílios e variáveis de caracterização dos domicílios. Essas variáveis fazem parte do material utilizado pela PNAD.

Em princípio, as informações obtidas no banco de dados da PNAD eram compostas pelo arquivo de pessoas e domicílios distribuídos em todo o território nacional. Entretanto, em função da natureza do trabalho, fez-se um recorte, delimitandose os domicílios nos quais residia pelo menos uma pessoa com idade a partir de 60 anos, estabelecidos no Estado de Minas Gerais.

Ressalta-se que a PNAD compreende uma amostra representativa da população. Contudo, na presente pesquisa, utilizou-se o comando específico *fweight=peso_pes*, a fim de se expandirem os resultados para toda a população.

4.3 Forma de análise dos dados

Tanto a extração quanto todo o processo de tratamento e análise dos dados foram feitos por meio do programa estatístico *STATA – Data Analysis and Statistical Software, versão 12.0*, licenciado pela Universidade Federal de Viçosa – UFV, com produção de tabelas e gráficos, gerando uma síntese para melhor visualização das variáveis utilizadas neste estudo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No estado de Minas Gerais, em 2013, habitavam 20.627.585 de pessoas, sendo que, 10.053.140 eram homens e 10.574.445 eram mulheres, o que corresponde a 48,74% de homens e 51,26% de mulheres. Já a população idosa, equivalia a 13% da população total e era composta por 2.796.421 indivíduos, sendo que, desse total, 1.243.801 eram homens, 44,48%, e 1.552.620 eram mulheres, 55,52%.

Essa maior sobreposição de idosas vem ao encontro de estudos que indicam a heterogeneidade dessa população. Como explicita Camarano (2011), [...] "a população deverá ser ainda mais velha, mais feminina, com um contingente maior de mulheres nas áreas urbanas e vivendo sós" (CAMARANO, 2011, p. 01). Essa desigualdade de gênero

na expectativa de vida é conhecida como *feminização da velhice*, visto que as mulheres vivem em média sete anos mais que os homens.

Vários são os indicativos que justificam essa maior longevidade feminina. Tradicionalmente, no país, as mulheres tendem a se casar com homens mais velhos, assim se explica a incidência de maior viuvez entre as idosas. Outro aspecto importante é o lidar das mulheres com relação à saúde, pois elas dispensam maior atenção com o bem-estar no decorrer da vida e isso faz com que diagnósticos prematuros tenham prognósticos melhores. Esses fatores, aliados à diminuição da mortalidade em partos e ao menor consumo de álcool e fumo pelas mulheres, sustentam a *feminização da velhice* (SALGADO, 2002; GOLDANI, 1999).

Em função dos objetivos propostos nesta pesquisa, o contingente total dos idosos mineiros foi seccionado em três grupos para melhor avaliação em função das idades, dos mais jovens até os mais longevos. Dessa maneira, identificou-se que o intitulado Grupo 01 (idosos com idades entre 60 e 69 anos) era composto por 55,17% do total dessa população, enquanto 42,76% pertenciam ao Grupo 02 (idosos com idades entre 70 e 79 anos) e, por fim, o Grupo 03 (idosos com idades a partir 80 anos), com o percentual de 2,07%.

Observou-se, no decorrer da análise dos dados, que: 14,57% dos idosos moravam sozinhos, em 63,96% dos domicílios residia apenas um, enquanto que, em 34,12% dos domicílios, moravam dois.

Verificou-se, com relação à raça, um valor equilibrado da população branca e não branca, ou seja, há uma diferença de apenas 1,58 percentuais a mais de idosos brancos, entretanto, as discrepâncias se tornam mais expressivas quando a análise se volta para os grupos etários. No grupo de idosos acima de 80 anos, é mais frequente a categoria de cor branca, 59,49%, em comparação com 40,51% de não brancos. Já entre os mais jovens, no grupo de pessoas entre 60 a 69 anos, tem-se 48,09% de cor branca em comparação com 51,97% de não branca.

5.1 Escolaridade

No quesito escolaridade, verificou-se que a formação da maioria dos idosos está limitada ao ensino fundamental (78,22% dos idosos não ultrapassaram o ensino

elementar ou fundamental). Esse dado permite inferir que nossos idosos são pouco instruídos. Mesmo com incentivos de ensino direcionados à pessoa idosa, como a educação para adultos e universidade da terceira idade, enquanto 12,07% concluiu o ensino médio, apenas 9,28% são graduados e 0,43% obtiveram título em alguma pósgraduação.

Nesse item, vale considerar o seguinte:

Com a criação do Plano Nacional de Educação instituído na Constituição de 1934, estabeleceu-se como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional. A oferta de ensino básico e gratuito estendeu-se a praticamente todos os setores sociais. (FRIEDRICH et al., 2010, p. 359).

Avaliada a escolaridade a partir dos grupos etários, fica nítido o implemento estudantil no decorrer da vida, pois os idosos mais jovens, grupo referente ao intervalo de 60 a 69 anos, possuem índices mais elevados em todos os estágios de escolaridade, enquanto os mais longevos, grupo referente ao intervalo a partir de 80 anos, têm um desempenho bem inferior.

Considerando os estágios escolares no Brasil, observou-se uma predominância em todos os três grupos etários no ensino fundamental, entretanto, no tocante a ensino médio, graduação e pós-graduação, o comportamento dos grupos etários se difere: quanto mais novo o idoso, maior sua escolaridade, mais acesso aos cursos superiores - 9,60% no Grupo 01, 4,90% no Grupo 02 e 4,09% no Grupo 03 se aproximam nas porcentagens.

Nessa perspectiva, entende-se que o idoso do futuro será mais escolarizado, habilitado e, consequentemente, mais conhecedor de seus direitos. Além disso, terá maior acesso aos meios de comunicação e demais estruturas funcionais no seu entorno, como nas instituições públicas, no comércio e no lazer, por exemplo.

5.2 Caracterização física da moradia do idoso

Em relação ao tipo de domicílio utilizado, a casa foi a maior ocorrência entre os três grupos, 89,70%, em relação aos 10,12% que residiam em apartamentos. Observouse também que, no Grupo 01, 90,04%; no Grupo 02, 89,34%; e, no Grupo 03, 87,88%, moravam em casa. Pode-se inferir, então, que, no decorrer da vida, o idoso tende a se

mudar para apartamento, talvez em virtude da dinâmica estabelecida pelos acompanhantes familiares, já que, quanto mais velho, mais dependente de cuidados ele se torna, e é sabido que a família é o primeiro ponto de assistência ao idoso brasileiro.

Dos 2.082.553 domicílios, 87,36% eram próprios e, em 8,12%, a condição de ocupação era de imóveis alugados. Essa afirmativa é observada também nos grupos, já que, no Grupo 01, 86,67%, e, no Grupo 02, 87,87%, habitavam em moradias próprias, enquanto que, no Grupo 03, eram 95,29%. Uma hipótese aventada para essa situação é a de que, quanto mais velho o idoso, no transcorrer dos anos, mais recursos financeiros ele acumula, possibilitando a compra da casa própria. Associa-se a isso o fato de que ser proprietário do imóvel no qual reside é um desejo arraigado na cultura do brasileiro.

Dados do IBGE demonstram que a condição de ocupação do domicilio mais expressiva é de imóvel próprio. Em 2000, no Brasil, 33,3 milhões eram domicílios próprios, enquanto 6,4 milhões eram alugados, e 4,5 milhões do total das moradias do país eram cedidas. [...] "em relação à posse da moradia no Brasil, houve um processo de ampliação da propriedade própria. [...] houve um crescimento expressivo do percentual de domicílios próprios e uma redução dos domicílios alugados e cedidos" (ALVES, 2004, p. 23).

Já em relação à quantidade de cômodos por habitação, o padrão observado foi o de moradias de 2 e 3 quartos, ou seja, a maior incidência foram as de 4 a 6 cômodos, 48,98%, e as de 7 a 9 cômodos, 38,52%. Essa distribuição ocorreu também nos grupos: tanto o Grupo 01, com 47,56%, quanto o Grupo 02, com 47,59%, residiam em habitações que possuíam de 4 a 6 cômodos; já no Grupo 03, 49,94% moravam em imóveis com 7 a 9 cômodos.

Ocorreu uma melhora, nas últimas décadas, no número de cômodos por domicílios, no congestionamento domiciliar e no indicador de morador por cômodos, entretanto, ainda não satisfazem plenamente os indicadores, como afirma Pasternaak (2003):

A situação brasileira em relação ao congestionamento domiciliar melhorou comparada a 1991. Naquele ano, a porcentagem de domicílios no Brasil com até 3 cômodos era 18,63%, e em 2000 reduzia-se a 15,41%. [...] Em relação ao indicador moradores por cômodo, os higienistas estabelecem seu limiar em 1,5 pessoa por cômodo ou 2,0 pessoas por cômodo habitável (excluindo banheiro e cozinha). A estatística brasileira publicada refere-se ao percentual de domicílios com mais de 2 pessoas por cômodo, excluindo o banheiro (PASTERNARK, 2003, p. 95).

Constatou-se que a maioria das residências que possuíam pelo menos um idoso residente era dotada de banheiro, 99,22% do total. Esse padrão se manteve nos três grupos. O que se distinguiu entre as faixas etárias foi a quantidade de banheiros nas habitações: o Grupo 01, com 63,45% de domicílios com 2 a 4 banheiros e 34,31% com 5 a 7 banheiros; o Grupo 02, com 63,20% de domicílios com 2 a 4 banheiros e 33,51% com 5 a 7 banheiros; enquanto, no Grupo 03, uma aproximada igualdade - 48,55% com 2 a 4 banheiros e 48,81% de ocorrências de moradias com 5 a 7 banheiros. . A presença do banheiro no domicílio representa melhoria nas condições de higiene, conforto e saúde da família. Além disso, na habitação ele compõe um dos requisitos necessários para que haja a habitabilidade⁵ na moradia. Entretanto, é necessário que esse ambiente da casa satisfaça exigências mínimas de espaço, acessibilidade e segurança⁶ contidos na legislação brasileira (BARTH et al, 2009; MASSENA, 2002).

A Tabela 01, a seguir, demonstrou que a maioria dos materiais da habitação - parede e cobertura - era de alvenaria, 99,56%, e que as coberturas das moradias eram 71,38% de telhas e 26,87% de laje, estendendo essa tendência para os três grupos. Houve uma notável melhoria nas condições das moradias, no final Século XX, tendo em vista que o material utilizado na construção e sua durabilidade, o acesso aos serviços de água e esgotamento sanitário são dados importantes para avaliação das condições de vida e do déficit habitacional qualitativo (ALVES, 2004; MASSENA, 2002).

Com relação à infraestrutura urbana de serviços básicos de saneamento, notou-se que quase a totalidade dos domicílios era abastecida com água canalizada, ou seja, em 98,31%, havia presença de água canalizada em pelo menos um dos cômodos da moradia. É válido ressaltar que, dentro da interface do conceito de qualidade de vida, reconhecidamente subjetivo, há a concordância quanto aos indicadores que expressam os serviços básicos e de saneamento como água, lixo, iluminação e dos equipamentos urbanos, como hospitais, praças etc. O acesso a esses elementos que promovem qualidade de vida, e que são respaldos na forma de lei, faz com que os idosos se sintam

⁵ *Habitabilidade*: a moradia deve ser habitável, tendo condições físicas e de salubridade adequada. (Fonte: MIRANDA, Lívia. Desenvolvimento humano e habitação no Recife p. 02).

⁶ A NBR 9050 (2005) que trata da acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, estabelecem dimensões mínimas para a abertura de portas e espaços mínimos para garantir o acesso e movimentações aos equipamentos e mobiliários das edificações. O Projeto de Norma da ABNT (2006) que trata do Desempenho de Edifícios Habitacionais de até cinco pavimentos, estabelece dimensões mínimas e áreas mínimas para os cômodos da habitação. (BARTH et al, 2009)

mais seguros, respeitados e valorizados (ALMEIDA; GUTIERREZ 2007; VECCHIA, 2005).

Para Saule Júnior e Cardoso (2005), a questão de moradia é muito mais ampla que simplesmente a terra ou a casa. A habitação precisa ser servida em terra urbanizada, ou seja, dotada de infraestrutura e equipamentos urbanos. Esta terra urbanizada é fator chave na inclusão e exclusão espacial, haja vista as favelas e loteamentos ilegais. Para uma moradia ser considerada adequada, é fundamental que atenda a quesitos como: segurança jurídica da posse; disponibilidade de serviços e infraestrutura; custo acessível da moradia, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural.

A existência de filtro de água também foi investigada e verificou-se que, em 84,35% das casas havia um filtro ou aparelho para filtrar ou purificar a água para o consumo da família, em detrimento dos 15,58% dos domicílios que não dispunham de nenhum equipamento para tal. O filtro de água, para obtenção de água potável, surgiu da preocupação com a saúde e higiene da população. A precariedade dos serviços de abastecimento de água nas cidades em franco crescimento popularizou e sedimentar seu uso nas moradias (BELLINGIERI, 2004; TUCCI, 2008). Afinal, [...] "com o aumento da urbanização e o crescimento das cidades, a preocupação com a qualidade da água que se consumia ganhou importância em virtude de graves problemas de saúde pública principalmente epidemias causadas por águas impróprias para beber" (BELLINGIERI, 2004, p.161).

Tabela 01: Distribuição por porcentagem das características físicas da habitação e infraestrutura urbana, em Minas Gerais.

Variáveis		Distribuição por secção de idades		
	Total Idoso	Grupo 01	Grupo 02	Grupo 03
		60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos ou mais
Distribuição de idosos	100	55,17	42,76	2,07
Material utilizado nas paredes	<u> </u>			
Alvenaria	99,56	99,60	99,49	100
Outros Materiais	0,37	0,35	0,41	0,00
Missing	0,07	0,05	0,10	0,00
Total	100	100	100	100
Material utilizado na cobertur	a			
Telha	71,36	71,38	71,39	69,78
Laje de Concreto	26,87	27,00	26,58	29,53
Outros Materiais	1,71	1,67	1,93	0,00
Missing	0,07	0,05	0,10	0,69
Total	100	100	100	100
Água Canalizada				
Sim	98,31	98,16	98,42	100
Não	1,62	1,79	1,48	0,00
Missing	0,07	0,05	0,10	0,00
Total	100	100	100	100
Filtro de Água				
Sim	84,35	82,99	86,12	84,11
Não	15,58	16,96	13,78	15,89
Missing	0,07	0,05	0,10	0,00
Total	100	100	100	100
Esgotamento Sanitário				
Rede Coletora	74,42	74,82	74,30	66,35
Fossa Séptica	4,51	4,06	4,93	7,91
Fossa Rudimentar	13,38	13,51	12,97	18,46
Outro	6,91	6,92	6,93	1,32
Missing	0,78	0,69	0,87	0,00
Total	100	100	100	100
Forma de Iluminação				
Elétrica	99,82	99,88	99,74	100
Outro	0,11	0,08	0,16	0,00
Missing	0,07	0,05	0,10	0,00
Total	100	100	100	100
Destino do Lixo Domiciliar				
Coletado	85,77	86,31	85,09	85,50
Queimado	12,76	12,28	13,37	13,18
Outro	1,40	1,37	1,44	0,00
Missing	0,07	0,05	0,10	0,00
Total	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD 2013.

Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 28, n.1, p. 127-142, 2017

Com relação ao esgotamento sanitário, observou-se que a maioria das habitações era atendida pela rede coletora de esgoto ou pluvial. No Grupo 01, 74,82% dos domicílios eram ligados a uma rede coletora; no Grupo 02, 74,30% e, no Grupo, 03 66,35%. De acordo com Razzolini e Gunther (2008), a ausência de abastecimento de água adequado, coloca a população em situação de risco à saúde, favorecendo a incidência de doenças infecto contagiosas, acometendo especialmente as crianças, idosos, desnutridos e imunodeprimidos.

Outra alternativa observada para o esgotamento sanitário, também presente na Tabela 01, foi a fossa séptica, ligada ou não a rede de esgoto ou rede pluvial. Nessa categoria, a maior incidência foi no Grupo 03, 7,91%. Já as habitações com fossa rudimentar, também entendida como fossa rústica, onde os dejetos são esgotados em poços ou buracos, abrigavam 13,38% do total dos idosos - 13,51% no Grupo 01, 12,97% no Grupo 02 e 18,46% no Grupo 03. Diferentes destinos para o esgoto, como lançado em valas, rios e outros, se mantiveram constantes no Grupo 01 (6,92%) e no Grupo 02 (6,93%), diferindo apenas no Grupo 03, com 1,32%.

A forma de iluminação revelou que quase a totalidade, 99,82% dos domicílios, era abastecida pelo sistema de iluminação elétrica e 0,11% por outras fontes geradoras de iluminação, como os combustíveis querosene e gás. Considerado como item fundamental, de primeira necessidade, na vida da sociedade moderna, a energia elétrica é também um dosador de desenvolvimento determinante na qualidade de vida de uma população. Ademais, é um indicador de modernidade e de inclusão social (ALVES, 2004)

Já a realidade no tocante ao destino do lixo domiciliar comportou-se da mesma forma para os três grupos. Em 85,77% do total, o lixo era coletado direta ou indiretamente por serviços ou empresas de limpeza, enquanto 12,76% do lixo residencial era queimado ou enterrado na propriedade e 1,40% restantes tinham outro destino, como jogados em rios, terrenos baldios e outros.

Total de Idosos

Grupo 01

Grupo 02

Grupo 03

Grupo 03

Gráfico 01: Distribuição percentual dos equipamentos domésticos na habitação por porcentagem, nos grupos etários dos idosos de Minas Gerais.

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – PNAD 2013.

Os avanços tecnológicos do Século XX refletiram diretamente na vida do indivíduo. O acesso a bens de consumo duráveis, a exemplo dos eletrodomésticos, incentivou a melhoria de vida das famílias brasileiras, conforme assinalam Almeida e Gutierrez (2007). A utilização desses equipamentos, muitas das vezes, facilita a execução das tarefas domésticas. Outros, como os televisores, computadores e telefones aumentam o acesso à informação e à comunicação social.

Nesse contexto, foram analisados os eletrodomésticos existentes nas moradias estudadas, apresentados no Gráfico 01 acima.

Os eletrodomésticos mais frequentemente identificados nas residências foram: o fogão, com 99,45%; a geladeira, com 98,03%, e o televisor a cores, com 96,87%. Conforme esperado, os Grupos 01 e 02 acompanham essa mesma frequência de porcentagem. Apenas o Grupo 03 teve o percentual um pouco maior nos três eletrodomésticos, corroborando a hipótese de que os idosos mais velhos possuem mais recursos acumulados. A geladeira é um bem durável fundamental no bem estar e na saúde das famílias, por seu caráter de conservação dos mantimentos e por agregar valor também à renda, uma vez que favorece a redução da perda de alimentos. A geladeira ocupa o terceiro lugar no ranking dos bens de consumo brasileiros, e assim como o

fogão, que está presente em quase 100% dos domicílios, está diretamente ligados a alimentação e a saúde da família (ALVES, 2004).

Com relação à existência de telefone fixo, cerca de metade dos domicílios com idosos possuíam tal equipamento, ou seja, 49,77%. O aparelho de telefone celular foi um bem de consumo com existência bem diferenciada com relação ao fixo, visto que o mesmo foi encontrado em 79,50% das habitações: no Grupo 01, com 85,21%; no Grupo 02, com 72,30%, e, no Grupo 03, com 76,13%. Observou-se também que havia máquina de lavar roupa em 52,73% dos domicílios, e microcomputador em 36,84%. Para Silva (2011), a adesão ao uso de aparelhos eletrônicos predispõe fatores como idade, sexo, nível educacional, nível econômico e moradia. Nota-se que os idosos mais receptivos a tecnologia são os do sexo masculino, residentes nas áreas urbanas, com maior escolaridade e nível econômico.

6. CONCLUSÕES

O crescimento da população idosa vem trazendo consequências na forma de viver e de morar. Considerando-se que a casa é a extensão da vida do indivíduo, o morar do idoso requer uma atenção especial em relação às mudanças que se apresentam com o avançar da idade, como diminuição da coordenação motora, restrições na visão, entre outros fatores.

Diante dos dados obtidos, podemos inferir que o perfil sócio-demográfico do idoso mineiro e a forma de morar vêm sofrendo alterações. O indivíduo acima de 60 anos mora, em sua maioria, em casa própria de 2 ou 3 quartos, feita de alvenaria. O nível de escolaridade é mais evidenciado nos idosos mais jovens, ou seja, quanto mais jovem o idoso, mais instruído, revelando possíveis modificações no perfil desse contingente no futuro. Há mais idosas que idosos e uma quantidade significativa dessa população mora sozinha, em sua maioria, na zona urbana das cidades.

Por fim, a questão do envelhecimento saudável está intimamente ligada à habitação apropriada. Essa abordagem não se resume tão somente ao acesso a casa, e sim às condições ideais de infraestrutura urbana, condições de habitabilidade da residência, e é claro, ao convívio dos que lhe são caros, como forma de favorecer o cotidiano na etapa de vida do idoso.

7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, L.G. Índices de qualidade de vida no Brasil: instrumento para análise crítica dos indicadores e políticas públicas. **Revista Gestão Industrial.Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR** Campus Ponta Grossa Paraná Brasil ISSN 1808-0448 / v. 03, n. 03: p. 148-159, 2007
- ALVES, J. E. D. As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.
- BELLINGIERI, J C. Água de beber: a filtração doméstica e a difusão do filtro de água em São Paulo. **Anais do museu paulista**, v. 12, n. 1, p. 161-191, 2004
- BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Disponível em http:<//www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em 05.06.2014.
- CAMARANO, A A. Envelhecimento da população brasileira: continuação de uma tendência. 2011. Disponível em: http://<www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item &id=58&Itemid=76&idrev=8>. Acesso em 05 de abril de 2015.
- FRIEDRICH, M et. al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010. JORDÃO, C. M. et al. O Pibid-UFPR nas aulas de inglês: divisor de águas e formador de marés. Campinas: Pontes. 2013.
- GOLDANI, A M. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, Ana Amélia. Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 75-113.
- MASSENA, R. M. R. **Tema habitação na Pesquisa por Amostra de Domicílios** (**PNAD**). Rio de Janeiro: IPEA, 2002.12p. (IPEA. Texto para Discussão; 895)).
- PASTERNAK, S. Um olhar sobre a habitação em São Paulo. Cadernos Metrópole. ISSN (impresso) 1517-2422; (eletrônico) 2236-9996, n. 09, p. 81-117, 2003.
- RAZZOLINI, M T P; GÜNTHER, W M R. Impactos na saúde das deficiências de acesso a água. **Saúde soc**, v. 17, n. 1, p. 21-32, 2008.
- SALGADO, C. D. S. MULHER IDOSA: a feminização da velhice **Estud. interdiscip. envelhec.**, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002. Disponível em:http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4716/2642>. Acesso em 05 de abril de 2015.
- SILVA, D. O. Uso de aparelhos eletrônicos por idosos em ambientes domésticos.2011. 76f. Dissertação (Mestrado) Programa Interunidades Bioengenharia Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011

TUCCI, C E M. Águas urbanas. Estudos avançados, v. 22, n. 63, p. 97-112, 2008.

VECCHIA, R D; RUIZ, T; BOCCHI, S C M; CORRENTE, José Eduardo. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. Rev. bras. epidemiol. vol.8 no.3 São Paulo Sept. 2005.

SAULE JÚNIOR, N; CARDOSO, P M. **O Direito à Moradia no Brasil**. Instituto Pólis, São Paulo: 2005. 160p.

GIL, AC. Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas São Paulo, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estados@. Minas Gerais. Disponível em:ktemasphp?sigla=mg&tema=sinopse_censodemog2010>. Acessado em 05 de maio de 2015.

VICENTE, Fernanda Regina; SANTOS, Silvia Maria Azevedo dos. Avaliação multidimensional dos determinantes do envelhecimento ativo em idosos de um município de Santa Catarina. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 22, n. 2, p. 370-378, Jun. 2013 .Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072013000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 Abr. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072013000200013.